

Territorialidades da modernização da Agricultura em  
Vicente Dutra-RS entre os anos de 1960 e 1980<sup>1</sup>

Gilberto Spier<sup>2</sup>

**Resumo**

*A agricultura brasileira tem passado, nas últimas décadas, por profundas transformações conduzidas por um processo de modernização, idealizado no sentido de integrar, sistematicamente, as atividades agrícolas e a indústria, através de modernas tecnologias. O principal argumento para a implantação da modernização agrícola era minorar a fome no planeta. Assim, milhares de camponeses brasileiros foram afetados por tais transformações, muitos mudaram de rumo e foram assimilados, outros foram desterritorializados do campo, enquanto outros resistem ao processo de modernização da agricultura. Em Vicente Dutra-RS, pequeno município, situado na região noroeste do Rio Grande do Sul, foi na década de 1960 que teve início a modernização agrícola. A territorialidade rural de Vicente Dutra-RS passou a apresentar, na sua maior parte, a feição da modernização agrícola. Mesmo assim, é possível identificar algumas formas de reação ao pensamento único da modernização da agricultura, como: cultivos tradicionais de subsistência; associativismo e iniciativas de transformação da produção para venda direta ao consumidor*

---

<sup>1</sup> Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia na UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão-PR, sob orientação da Prof.a Dra. Marli Teresinha Szumilo Schlosser em 7 de outubro de 2010.

<sup>2</sup> Mestre em Geografia - UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão-PR - [gilspier@bol.com.br](mailto:gilspier@bol.com.br)

*final. Desta forma, a modernização agrícola instalada em Vicente Dutra-RS é parcial e o campesinato mantém, mesmo com certas dificuldades, seus costumes e usos tradicionais.*

**Palavras-Chave:** Modernização da agricultura; Campesinato; Territorialidades.

### **Abstract**

*During the last decades Brazilian agriculture has been undergoing deep transformations which were subjected to a process of modernization. Such process aimed at integrating, systematically, industry and agricultural activities through modern technologies. The main to implement modern agricultural technology was to reduce the famine in the planet. Therefore, thousands of Brazilian peasants were affected by such transformations. Many of them gave up agriculture; some of them were sent away from the rural area, while others still resist to the agricultural modernization process. In Vicente Dutra, small municipality situated at northwest region of Rio Grande do Sul State, started having agricultural modernization around 1960s. The rural territory of Vicente Dutra-RS shows, substantially, the faces of agricultural modernization. Even though, it is possible to identify some forms of reaction regarding agricultural modernization. Such transformations are: the growing of traditional subsistence, cooperativism, and initiatives of transformation of production which would sell it directly to the consumer. Therefore, the agricultural modernization installed in Vicente Dutra-RS is partial, and the peasants keep, even with certain difficulty, their traditional agricultural customs.*

**Keywords:** Agriculture modernization; Rural area; Territoriality.

### **Considerações Introdutórias**

Este artigo tem como objetivo contribuir com a ciência geográfica na organização de conhecimentos que possibilitem melhorar a interpretação do espaço culturalmente construído, sobretudo a partir da técnica e das inovações dos processos de relacionamento da sociedade no território.

O ponto de partida desta discussão é a busca da compreensão de como a modernização da agricultura, também denominada Revolução Verde

conforme se verifica em Pinheiro (2000), Zamberlam e Froncheti (2000) e Brum (1988), a partir da década de 1960 no Brasil, interferiu na (re)construção da territorialidade do Município de Vicente Dutra-RS.

Vicente Dutra-RS está localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião do Médio Alto Uruguai. Este município, assim como os demais que compõem a região, apresenta orografia com formações de relevos ondulados e dobrados, dificultando, em muitas áreas, o trabalho mecanizado das atividades agropecuárias, que é um dos pilares da revolução verde.

A ocupação capitalista e colonial do município e da região pode ser considerada recente, somente iniciada no século XX e marcada pela presença de camponeses em pequenos lotes de terra, muitos deles fruto da *enxaimagem*<sup>3</sup>, que após 1920 deslocam-se das chamadas “*Terras Velhas*”<sup>4</sup> do Rio Grande do Sul em busca de terras agrícolas e refúgios, em muitos casos, vitimados pela instabilidade política que atingia o Rio Grande do Sul naquele momento histórico.

Os primeiros anos da ocupação colonial foram marcados pela pequena intervenção capitalista no ambiente, pois as técnicas tradicionais de produção, o uso da energia física e de ferramentas manuais, além de pouco uso de venenos e demais produtos químicos, não causavam grandes mudanças ambientais e, ao mesmo tempo, mantinham um bom número de pessoas ocupadas no campo.

Depois de 1960, o processo de modernização da agricultura passou a causar grandes transformações na territorialidade de Vicente Dutra-RS. Dentre as mais significativas destacam-se as de caráter social, como, por exemplo, a exclusão e a expulsão de inúmeras famílias camponesas para os grandes centros urbanos. Outro fenômeno importante diz respeito às mudanças no perfil produtivo da agricultura local, com o abandono de muitas culturas tradicionais até então praticadas e importantes para a

---

<sup>3</sup> A palavra *enxaimagem* deriva de enxame, analogia que serve para descrever a semelhança entre o processo de migração dos colonos em direção às áreas de fronteira agrícola e o deslocamento dos enxames de abelha no início da primavera no sul do Brasil (Schneider *apud* Heidrich, 2000).

<sup>4</sup> *Terras Velhas* – Designação dada pelos camponeses que migraram de regiões já saturadas pela colonização de imigrantes no Rio Grande do Sul (Santa Cruz do Sul, Nova Palma, Sobradinho, Barros Cassal, Taquari etc.).

sobrevivência das famílias, mas consideradas insuficientes para o que o novo modelo passou a chamar de desenvolvimento. Além disso, as alterações ambientais, as intoxicações, a erosão e outros desequilíbrios alteraram a territorialidade do município.

As transformações provocadas pelo processo de modernização da agricultura recriaram formas de relacionamento, tanto sociais, quanto ambientais. Os camponeses que resistiram, em sua grande maioria, se adaptaram ao novo modelo de desenvolvimento mudando suas formas de vida e de trabalho, recriando novas formas de convivência com a sociedade, com as novas tecnologias e com o ambiente.

Até 1960, apesar das dificuldades, Vicente Dutra-RS suportou o aumento populacional e a chegada de novos migrantes. A partir de então, movimentos inversos aconteceram e, no final dos anos de 1970, o município já acumulava perda populacional, como uma das consequências do processo de modernização da agricultura.

Duas causas principais podem explicar a diminuição absoluta da população municipal: a primeira é o fato de a cidade não ter se desenvolvido o suficiente para absorver a população que já não tinha espaço no campo; a segunda diz respeito ao processo de modernização da agricultura que acabou excluindo e expulsando inúmeros camponeses, num movimento de desterritorialidade rural.

Pelos dados do IBGE, numa projeção feita em 1966, ano da emancipação política, a população residente no município era de 11.800 habitantes, a grande maioria (10.738) vivia no campo dedicando-se às múltiplas atividades agrárias: a agricultura, a pecuária e a agroindustrialização da cana-de-açúcar e de outros produtos. Apenas 1.142 habitantes formavam a população da cidade. Pelo último Censo do IBGE (2010), a população total residente no município é de apenas 5.329 habitantes.

Orograficamente, a maior parte das terras do município não apresenta características favoráveis para a mecanização agrícola – ressalte-se esta informação porque a mecanização da agricultura foi um dos principais pilares do movimento de modernização agrícola. Mesmo assim, as novas tecnologias dominadas pela biologia, pela química e precariamente, no primeiro momento, pela mecanização chegaram às atividades rurais,

mutando drasticamente as formas de relacionamento dos camponeses com os solos, com a água, com as matas, enfim, com a vida camponesa.

Relacionar as mudanças que aconteceram na territorialidade de Vicente Dutra-RS, conduzidas pelo processo de modernização da agricultura, para assim identificar tais transformações e as suas consequências para o município e para os camponeses, bem como relacionar as formas de resistência e de assimilação que tiveram os agricultores para se adaptarem à modernização agrícola, é o principal objetivo deste ensaio.

Em sua grande maioria, as transformações podem ser identificadas e estão relacionadas à modernização da agricultura, como, por exemplo, a mudança do perfil produtivo, este mais atrelado ao mercado, além das novas tecnologias de produção que alteraram a relação dos camponeses com o território. Mas também são identificadas formas significativas de resistências ao processo de modernização conservadora da agricultura, como a produção artesanal de alimentos e de outros objetos, dentre eles as cuias de porungas, além de formas solidárias de relacionamento com o ambiente e entre os próprios camponeses remanescentes.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item é apresentado o contexto da modernização da agricultura em nível nacional, buscando discutir as principais fases desse processo, bem como identificar os entes envolvidos na sua implantação. No segundo item são apresentados os resultados da pesquisa em escala local, ou seja, no território do Município de Vicente Dutra-RS, onde a partir da década de 1960 começaram a ocorrer mudanças significativas, alterando as relações do ser humano em sociedade e também com a natureza.

## **1 O contexto da modernização da agricultura no Brasil**

Etimologicamente, a palavra modernização pode sugerir variadas interpretações: “Mudança ou adaptação com o intuito de tornar moderno; Adaptar aos usos e necessidades modernos; Atualizar” (CEGALLA, 2005, p.588). Já na concepção econômica, a palavra pode significar: transformação, mudança de rumos, além de alteração na forma de produzir e de trabalhar. Geograficamente e do ponto de vista

prático, a modernização agrícola, com suas consequências sobre a estrutura agrária numa região delimitada e o que resultou da mesma após algumas décadas de ação, pode ter outros significados.

Para Pinheiro (2000), Brum (1988) e Zamberlam e Froncheti (2000), a modernização da agricultura foi o processo iniciado a partir de meados do século XX por meio das inovações científicas que deram origem a novas tecnologias, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético de plantas e de animais e a mecanização agrícola com o uso de tratores e colheitadeiras. Esses avanços científicos e tecnológicos possibilitaram o aumento de produção pela abertura de novas frentes e também pelo aumento da produtividade de alguns produtos. Alguns autores mais conservadores, no entanto, denominam esta fase de segunda revolução agrícola. Outros, porém, preferem denominar esta fase de Revolução Verde.

No entanto, para Santos (1996, p.35), as novas territorialidades surgidas com as novas tecnologias, podem ser compreendidas da seguinte forma:

O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico durante dois ou três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, p.35).

Para o autor, as mudanças causadas pelo avanço das novas tecnologias, sejam elas no campo ou em outro setor produtivo, são o resultado dos avanços da ciência e dos modernos meios de informação, fazendo com que as novas descobertas científicas e tecnológicas se tornassem imediatamente conhecidas e disseminadas, primeiramente pelos produtores camponeses e depois pelos consumidores, sobretudo os das cidades.

Voltando para Pinheiro (2000), este autor, ao comentar avanços tão significativos, relaciona-os às mudanças que levaram ao processo de modernização da agricultura com a estrutura de guerra montada pelas superpotências militares e econômicas para a Segunda Guerra Mundial. Para ele, a modernização da agricultura apoiada na química, na biologia

e na mecânica financiou a corrida armamentista e a Guerra Fria, ideia também defendida por Zamberlam e Froncheti (2000). Desta forma, a maior parte da territorialidade rural brasileira foi tomada por processos de transformações técnicas e econômicas, como o desenvolvimento de insumos sintéticos, o melhoramento genético vegetal e animal e a mecanização. Esse processo de modernização da agricultura conhecido como comercial, ou de “mercado”, foi um contraponto à agricultura “tradicional” voltada, principalmente, para o autoconsumo e que dominava a paisagem agrícola brasileira até então.

Campos (2004) ajuda a esclarecer a questão da modernização da agricultura brasileira, ao afirmar que:

A “Revolução Verde” intensificou ainda mais os índices de desempenho da atividade agrícola, pois aliou a engenharia genética que produziu para a agricultura variedades geneticamente melhoradas, adaptadas ao solo e ao clima totalmente diferentes de seu ambiente natural. Esse avanço pode ser considerado como o mais importante nesse período, pois proporcionou aos sistemas agrícolas de quase todos os países rentabilidades nunca vistas. E a partir de então houve “recordes e recordes” de safras, não somente nos países industrializados, mas também naqueles em desenvolvimento. Após a década de 1970, muitas empresas que produziam produtos químicos para a agricultura migraram para esses países, tendo em vista uma legislação mais flexível em relação a degradação ambiental (CAMPOS, 2004, p. 9).

Na mesma direção, Brum (1988) destaca que a agricultura moderna é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo de máquinas e insumos modernos e pela incorporação de inovações técnicas, como tratores e colheitadeiras mais sofisticados. Ou seja, a modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da agricultura, no qual o objetivo principal é o lucro.

Autores como Brum (1988), Zamberlam e Froncheti (2000), Pinheiro (2000) e Campos (2004) destacam que o processo de modernização foi uma forma de transformação da produção camponesa a serviço do mercado. As consequências da modernização da agricultura não

demorariam muito tempo para surtir efeito: já no início da década de 1970 teve início a mobilidade social, desvelando-se na desterritorialização rural, como uma das consequências em primeiro grau, pois dela resultam muitos outros problemas de ordem socioambiental.

Como muito bem destacou Balsan (2006):

A decadência da economia rural tradicional, o endividamento de muitos agricultores, a deterioração dos preços agrícolas, a concentração da propriedade da terra, dentre outros fatores, dispersaram milhares de agricultores em busca de novos espaços, contribuindo com o inchamento das cidades, sobretudo das regiões metropolitanas (BALSAN, 2006, p.133).

Outro fator relevante para a compreensão do processo de modernização da agricultura, iniciado no Brasil a partir da década de 1960, foi o crédito oficial. A conjuntura política e ideológica instalada no país durante o regime militar e a necessidade de afirmação da ditadura perante a sociedade fizeram com que os interesses do governo e do Estado brasileiro se aproximassem dos interesses do grande capital, sobretudo estrangeiro, ainda mais. O acesso ao mercado financeiro internacional, por parte do governo dos militares, de certa forma facilitou cotas de agricultores de terem acesso a financiamentos, em muitos casos subsidiados, para investimentos na agricultura, desde que os recursos contraídos fossem para atender aos anseios do mercado, tanto interno como externo.

Martine (1991, p.9) auxilia no entendimento desse fenômeno e ao mesmo tempo amplia o debate, ao salientar que:

Diversos eventos atuaram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando a “modernização conservadora”, a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como “milagre brasileiro”, a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas etc.

Ao destacar a importância do crédito subsidiado para a implantação do projeto de modernização da agricultura, o autor traz uma discussão interessante para o debate em torno da temática. O crédito subsidiado, como prática da sociedade capitalista, não era igual para todos. Aos grupos mais capitalizados e mais privilegiados a quantidade de recursos era maior e o acesso facilitado, enquanto aos camponeses pobres e descapitalizados as dificuldades de acesso ao crédito subsidiado eram grandes, conforme Martine (1991):

A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, tecnologia, pesquisa e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão de obra familiar para subsistir e produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam (*sic*) preços também baixos (MARTINE, 1991, p.10).

O crédito, mesmo que subsidiado para os proprietários de pequenos lotes de terras, às vezes marginalizados socialmente, com dificuldades para compreender terminologias modernizantes que passaram a fazer parte de suas rotinas de trabalho, foi o golpe derradeiro para muitos camponeses. Não conseguindo cumprir com prazos e com as determinações dos órgãos oficiais de crédito e das empresas de assistência técnica, acumulando dívidas, não lhes restaria alternativa senão a venda de seu lote para buscar vida nova, na maioria das vezes incerta, na cidade. Este fenômeno fez aumentar a tendência especulativa e a concentração da propriedade da terra. Por outro lado, provocou a desterritorialização rural de mais de 30 milhões de camponeses entre os anos de 1960 e 1980 (BRUM, 1988).

Além dos graves problemas de ordem socioeconômica, cabe destacar também os danos causados ao ambiente, como a erosão dos solos agrícolas e o conseqüente assoreamento dos mananciais superficiais, a contaminação dos recursos hídricos e dos alimentos, a poluição

atmosférica e, nesta direção, a própria contaminação ou envenenamento dos agricultores. Estas são consequências diretas da modernização da agricultura que merecem ser destacadas.

Dentro desta lógica de pensamento, Vanderlinde (2002) traz a seguinte contribuição, que auxilia na reafirmação do que foi mencionado anteriormente:

A preconizada revolução verde não resolveu qualitativamente o problema alimentar, além de deteriorar significativamente o meio ambiente com a introdução maciça dos chamados agrotóxicos. As consequências disso foram as mais perversas possíveis, fazendo os agricultores abandonarem práticas saudáveis de uso do solo em busca de lucro rápido [...] (VANDERLINDE, 2002, p.77).

Nesta mesma direção, Balsan (2006) destaca que:

[...] dentre os principais processos degenerativos da natureza estão: a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação do solo, da água, a morte de animais silvestres; o envenenamento e morte do ser humano; e o envenenamento dos alimentos. (BALSAN, 2006, p. 125).

Para a autora, estas foram algumas das consequências desastrosas e graves do processo de modernização da agricultura no Brasil.

Um fato que não pode deixar de ser considerado para a implantação da modernização da agricultura foi a facilidade que tiveram as grandes empresas de tecnologias modernas para instalarem-se no país, sem os impedimentos da legislação ambiental que tinham em seus países de origem. Leve-se em consideração, neste caso, que os movimentos sociais e, dentro dos mesmos, os movimentos ambientais encontravam-se bastante debilitados, ou até mesmo paralisados, em virtude das consequências das repressões da ditadura militar, que iniciara no Brasil em 1964.

A modernização da agricultura implantada no país atingiu, em primeiro plano, locais que já apresentavam maior desenvolvimento, onde as

condições de clima, de solo e de aproximação com o mercado ofereciam melhores e mais rápidos resultados, ficando as zonas mais depressivas economicamente para uma segunda etapa.

As regiões consideradas de agricultura camponesa, que até a implantação da modernização agrícola ainda não gozavam de privilégios de órgãos oficiais, como crédito e assistência técnica, além de distanciadas do mercado, por ainda não se encontrarem dentro da lógica e dos anseios do mercado internacional, deveriam ser assimiladas pelo novo modelo de agricultura, visando, dessa forma, abafar os possíveis desdobramentos dos movimentos sociais no campo, como a luta pela terra e pela reforma agrária.

À medida que a industrialização das atividades agropastoris avançou, a agricultura passou a estreitar suas relações com a indústria e a consumir um volume cada vez maior de máquinas e insumos, dando origem ao que mais tarde passou a chamar-se de sistema integrado de produção, aliando as atividades agrícolas aos interesses da indústria. Por meio desta prática os grandes complexos agroindustriais se fortaleceram e passaram a dominar, em grande escala, a produção de alimentos no planeta.

Chama atenção Heidrich (2000) para o que se convencionou chamar de “integração”. Em sua opinião, na lógica de integração entre a agricultura e a agroindústria, sobreviveriam ao processo de modernização aqueles camponeses que tivessem como se integrar à agroindústria, ou seja, que tivessem capacidade de capitalização e assimilação das novas tecnologias propostas pelas grandes empresas agroindustriais. Belatto (1985) também destaca que a integração proposta pelos grandes conglomerados era um processo altamente seletivo, no qual somente os camponeses mais disciplinados, capitalizados e capazes de assimilar rapidamente as novas tecnologias passaram a fazer parte da integração.

## **2 As territorialidades da modernização da agricultura em Vicente Dutra-RS entre os anos de 1960 e 1980**

Vicente Dutra está localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e possui um território de 195 km<sup>2</sup>. Faz parte da microrregião do Médio Alto Uruguai, está localizado na latitude sul entre 27°05'20" e 27°14'16" e na longitude oeste entre 53°17'44" e 53°30'48". Faz limite ao norte com o Município de Mondai-SC, através do rio Uruguai; ao sul, com o Município de Caiçara-RS; a oeste, com Frederico Westphalen-RS, Iraí-RS e, também através do rio Uruguai, com os Municípios de Caibí-SC e Palmitos-SC; e ao leste, pelo rio Uruguai, com o Município de Mondai-SC.

A ocupação do território em Vicente Dutra-RS, até a década de 1960, em sua maior parte era feita por famílias camponesas. As principais atividades eram as de autoconsumo, tendo como característica dominante a diversificação agrícola, além de uma relação mais harmônica com o meio ambiente, apesar das queimadas visando à limpeza das lavouras para o plantio. Em certos casos, verificava-se a produção de algum excedente para a comercialização ou troca entre vizinhos. Porém, após a emancipação político-administrativa em 1966, coincidentemente, teve início o processo de modernização da agricultura em Vicente Dutra-RS. Nesse momento o terreno já se encontrava fértil para receber as mudanças que causariam, mais tarde, uma reviravolta na estrutura social, econômica e ambiental do território.

Com a implantação dos pacotes tecnológicos da modernização da agricultura, não demoraram a aparecer as primeiras consequências de caráter social, com exclusão e expulsão de inúmeros camponeses, iniciando pelos mais empobrecidos. Nas primeiras migrações, as vítimas da modernização agrícola dirigiram-se para as novas fronteiras agrícolas, no oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná, Mato Grosso e Goiás. Um dos objetivos dos primeiros camponeses expulsos da terra era a busca de novas terras para morar e plantar.

O segundo movimento de desterritorialização rural que se verificou em Vicente Dutra-RS foi em direção aos grandes centros urbanos. Nas cidades, os camponeses passaram a buscar trabalho urbano e lugar para

viver com suas famílias. Era o êxodo rural da modernização da agricultura.

O quadro demonstrativo a seguir apresenta uma avaliação do processo de desterritorialização dos camponeses em Vicente Dutra-RS a partir da modernização da agricultura.

**TABELA I**  
**EVOLUÇÃO DO (DE)CRESCIMENTO POPULACIONAL DE VICENTE DUTRA-RS – DADOS DO IBGE ENTRE 1966 E 1980**

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA
1966*	11.800	10.738	1.142
1970	9.812	8.572	1.240
1980	8.584	6.893	1.691

**Organização: Spier, 2010**

**Fonte: IBGE, Censos de 1970 e 1980**

**\*Projeção IBGE para emancipação municipal em 1966**

Belatto (1985) analisa este processo e ressalta que a exclusão de um grande número de camponeses para os centros urbanos foi uma estratégia que tinha por finalidade selecionar os camponeses com “habilidades” para permanecerem na atividade agrária. Assim, muitos foram forçados/obrigados a deixar o campo, pois não se encaixavam no perfil desejado pelos idealizadores dos pacotes tecnológicos da modernização agrícola.

Outro fenômeno importante foi a mudança no perfil produtivo, com o abandono de muitas culturas tradicionais que até então eram praticadas e importantes para a sobrevivência das famílias camponesas, mas consideradas pouco competitivas para o novo padrão tecnológico. As chamadas culturas tradicionais, voltadas para atender às necessidades de alimentação do grupo familiar, em sua grande maioria, não eram, por sua vez, do interesse da economia agrícola de mercado e do grande capital.

Na concepção dos idealizadores dos pacotes tecnológicos e da modernização da agricultura, representados em Vicente Dutra-RS, principalmente, pelas empresas fornecedoras de insumos, máquinas e sementes, era necessário implantar culturas mais produtivas e competitivas. Com tais mudanças, alterou-se a relação do camponês com o ambiente e com o território.

Em função das novas técnicas de plantio e de criação, além dos novos equipamentos tecnológicos que passaram a ser usados, os camponeses começaram a se intoxicar mais com os venenos e produtos químicos, a erosão dos solos causou desequilíbrio pedológico, assoreando rios e riachos, além de outros desequilíbrios socioambientais.

As máquinas, cada vez mais modernas, para pulverizar as lavouras com venenos, das manuais até os potentes pulverizadores puxados e acionados por tratores, passaram a fazer parte da nova paisagem.

Na esteira da modernização da agricultura, foram criadas e recriadas formas de relacionamento, tanto sociais, quanto ambientais. Parte dos camponeses que permaneceram no campo adaptou-se ao modelo de desenvolvimento, mudando suas formas de vida e de trabalho. Nesta caminhada, o individualismo tomou o lugar das formas solidárias de trabalho, como os mutirões e trocas de dias de trabalho entre camponeses e suas famílias. As máquinas modernas ocuparam o lugar de trabalho de filhos dos camponeses e de trabalhadores diaristas ou peões, que, não vislumbrando mais possibilidade de permanecer no campo, migraram para os grandes centros urbanos ou para as novas fronteiras agrícolas ao norte e oeste do Brasil.

A modernização da agricultura, iniciada na década de 1960, foi muito bem engendrada e teve a participação de vários agentes. Em Vicente Dutra-RS atuaram conjuntamente a Igreja católica, as empresas de pesquisa e de extensão rural (ASCAR/EMATER), o poder público, além das empresas privadas de fornecimento de novas tecnologias (máquinas, sementes, venenos e insumos). O que estava acontecendo nos Estados Unidos da América e na Europa, desde o início da década de 1950, despertava o interesse dessas várias organizações. Para exemplificar, o Padre Batistella, pároco de Frederico Westphalen-RS entre os anos de 1932 e 1962, (FERIGOLLO, 2004, p. 298) e responsável pelo atendimento espiritual da comunidade de Frederico Westphalen e

circunvizinhanças, incentivado pelo bispado de Santa Maria-RS, criou a UNAC (União de Agricultores e Criadores), no ano de 1951, com sede em Frederico Westphalen-RS. E, no ano de 1953, promoveu, com o aval do bispado de Santa Maria, o primeiro congresso de agricultores, tendo como principal objetivo a difusão das novas tecnologias voltadas para o campo. A UNAC não pode ser vista apenas como um feito relevante do Padre Batistella, mas como uma das peças da orquestração do processo de modernização da agricultura, que tinha como objetivo a transformação das relações de vida e de trabalho no campo, para atender aos interesses do grande capital.

A presença do grande capital internacional e nacional, nele incluídos os banqueiros e empresas agroindustriais, e os interesses político-ideológicos do Estado brasileiro, militarizado após 1964, com o apoio dos latifundiários, da igreja e do empresariado para combater a suposta ameaça comunista, foram fundamentais para a implantação da modernização da agricultura em Vicente Dutra-RS. Todos estes segmentos, em escala macro, estavam interligados e trabalhando conjuntamente pelos mesmos interesses: modernizar a agricultura, evitar a reforma agrária e os movimentos camponeses, e, principalmente, lucrar muito com a nova fase.

As novas territorialidades surgidas em Vicente Dutra-RS alteraram a caracterização da paisagem. A concentração da propriedade, com o surgimento de fazendas de criação de gado de corte e também de novas lavouras de soja e de outros produtos para atender às demandas do mercado, transformou o território e as formas de relacionamento no mesmo.

Nesse contexto, cabe destacar o que diz Sack (1986) sobre territorialidade. Para este autor, a territorialidade resulta das ações e relações de poder, estratégias geográficas potentes para controlar as pessoas e as coisas através do controle da área. A formação de um território dá às pessoas que habitam nele a consciência de uma participação, provocando o sentido de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE, 2004, p. 20).

Em Vicente Dutra-RS, durante a fase de ocupação camponesa do território entre 1912 e a década de 1960, se territorializaram as

variadas formas da agricultura camponesa, dentre elas a produção artesanal de derivados da agricultura, como os doces de cana-de-açúcar, embutidos de carnes, doces de frutas etc. Conforme entrevista de Alfredo dos Santos (25/05/2009), “a maioria das atividades envolvia a vizinhança com troca de dias de trabalho ou de outros favores”, correspondendo a uma relação solidária não vislumbrada pelos ideais da modernização da agricultura.

Marques (2008), ao se referir ao campesinato, salienta que este deve ser compreendido como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro – o *campesinato* permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Marques defende a atualidade deste conceito de camponês e de campesinato, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade.

Partindo da afirmação de Marques (2008), os camponeses em Vicente Dutra-RS, remanescentes do processo de modernização conservadora da agricultura, mantêm formas de organização e resistência. Os cultivares de produtos para o autoconsumo, deslocados das regras de mercado, ainda fazem parte da rotina de muitas famílias. Culturas como a de porungas e o artesanato de cuias, bem como pequenas plantações destinadas ao “consumo da casa” como mandioca, batata-doce, hortaliças, frutíferas etc., continuam fazendo parte da paisagem camponesa em várias localidades e estabelecimentos do interior. A “Associação de Carne”, onde a cada 15 dias, nas Linhas Boa Esperança, Mato Queimado e Pão de Açúcar, um associado abate uma rês que é dividida entre os demais associados, e assim sucessivamente até fechar o rodízio, também é uma prática que foge aos anseios da agricultura modernizada.

Essas e outras práticas ainda podem ser encontradas em Vicente Dutra-RS. Revendo os conceitos de agricultura camponesa e comercial/capitalista ou moderna, tais práticas se incluem no conceito de agricultura camponesa na contramão da agricultura proposta pelo

projeto de modernização da agricultura iniciado em Vicente Dutra-RS, nas décadas de 1960 e 1970.

### **Considerações Finais**

A sabedoria secular e até mesmo milenar sobre plantio e criação de animais, a modernização da agricultura tentou apagar. É evidente que quem se beneficiou com o modelo implantado pela Revolução Verde foi, propriamente, o grande capital. Do mesmo modo, fica patente que os projetos de desenvolvimento eram direcionados para atender às demandas do mesmo, cabendo a muitos pequenos agricultores camponeses a opção da mão de obra barata quando da comercialização de seus produtos. Desta forma, a integração aos interesses do grande capital agroindustrial, o subemprego no campo ou na cidade, quando não a marginalização direta, são hoje a realidade de muitos dos ex-camponeses e camponeses que ainda vivem no campo, com raras exceções.

Em Vicente Dutra-RS, mesmo com tantas mudanças causadas pela modernização do campo, ainda é possível verificar formas concretas de lutas e resistência às políticas impostas pela Revolução Verde, cabendo destacar as pequenas associações de produtores objetivando o consumo mais saudável, como as pequenas associações de carne; o cultivo de pequenos pomares e hortas orgânicas; os cultivos de cereais sem agrotóxicos, além da criação de galinhas e porcos caipiras, destinados ao consumo caseiro. Estes são exemplos concretos que caracterizam formas de resistência ao capitalismo mercantil imposto pela modernização da agricultura. Vistas desta forma, tais atividades comprovam que não há uma via única a ser seguida por todos. Mesmo com as barreiras impostas pela legislação, pela pressão e pela propaganda impetrada pela mídia induzindo ao consumo de insumos, máquinas cada vez mais sofisticadas e sementes melhoradas a cada ano, os camponeses rompem muitas dessas barreiras e resistem às tentações do capitalismo consumista.

O processo de modernização da agricultura continua atuando a todo o vapor, agora com outras ferramentas, como os alimentos transgênicos, a

clonagem e a nanotecnologia. Outras formas de exclusão e expulsão emergem, cabendo aos camponeses buscar também outras formas de resistência para continuarem no campo.

A conscientização do conjunto da população sobre a realidade que se instalou na agricultura brasileira através da Revolução Verde, dos avanços tecnológicos e do aumento da produção de alimentos, mas também sobre os problemas que surgiram como consequência, é fundamental para se analisar os aspectos negativos e positivos da modernização conservadora da agricultura e também para se verificar até onde os camponeses conseguirão sobreviver às tentações da propaganda e aos problemas que terão de enfrentar.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Questão do território no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BALSAN, Rosane. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira**. In Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.1, n.2, p.123-151, ago. 2006.

BELATTO, Dinarte. **Camponeses Integrados. 1985**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas - UEC. Campinas, 1985.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura – trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMPOS, Margarida Cássia. **Territorialização da Agricultura Orgânica no Paraná: Preservando o meio ambiente e produzindo alimentos saudáveis**. 2004. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2004.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar de Língua Portuguesa**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2005.

FERIGOLLO, Wilson Antonio. **Rostos e Rastros no Barril: 1954-2004**. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio: Geografia do Interesse Econômico Gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

IBGE. Censos demográficos 1970. Rio de Janeiro 1970.

IBGE. Censos demográficos 1980. Rio de Janeiro 1980.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. “A atualidade do uso do conceito de camponês”. *In Revista NERA (UNESP)*, v. 11, p. 57-67, 2008.

MARTINE, George. “A trajetória da Modernização agrícola: A quem beneficia?” *In CEDEC, Lua Nova - Revista de Cultura e Política, Brasília-DF*, n. 23, março, 1991.

PINHEIRO, Sebastião. **Transgênicos: O Fim do Gênesis**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory in history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Agricultura familiar e formas associativas: Um estudo de caso – CAPA – Núcleo Oeste**. 2002. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2002.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura Alternativa: Um enfrentamento à Agricultura Química**. Passo Fundo: Berthier, 2000.

**Artigo recebido para publicação em:**

22 de setembro de 2011.

**Artigo aceito para publicação em:**

02 de dezembro de 2011.

**Como citar este artigo:**

SPIER, Gilberto. Territorialidades da modernização da Agricultura em Vicente Dutra-RS entre os anos de 1960 e 1980. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 2, p. 221 - 240, 2012.